

A OUTRA CAMPANHA



PARA ALÉM DAS ELEIÇÕES

SUMÁRIO

- 1) Introdução.....pág. 3
- 2) Construir um Povo Forte
com Outra Campanha.....pág. 4
- 3) Democracia e estrutura
do poder no Brasil.....pág. 5
- 4) Pautas gerais para o programa
de lutas da Outra Campanha.....pág. 7
- 5) Objetivos da Outra Campanha.....pág. 15
- 6) Estrutura organizativa.....pág. 16
- 7) Etapas de mobilização.....pág. 17
- 8) Como participar.....pág. 18

I INTRODUÇÃO

Esta cartilha faz parte do esforço de organizações e indivíduos, de propor uma nova forma de fazer política. Uma política feita desde baixo, por todos e todas que sentem diariamente as dores de se viver numa realidade de injustiça, dominação, miséria e discriminação, mas também de esperança e força de vontade para mudar desde agora as condições que nos cercam e as relações que nos tocam.

Vivemos um período de eleições municipais. No entanto, a proposta política que fazemos não passa pelas eleições, pois estamos fartos de tantas promessas, mentiras e escândalos de corrupção envolvendo todos os setores da classe política. É somente em período de eleições que esses nos convocam para comparecer às urnas, como se votando nos candidatos e seus partidos eleitoreiros fosse resolver todas as demandas do povo. Por isso, estamos mais do que convencidos de que as nossas urgências não cabem nas urnas. Propomos algo que é muito mais sério e não apenas a simples escolha de representantes, pois o que queremos é uma mudança de fato, e isso só é possível com organização e luta popular. Por isso falamos de uma outra campanha.

Uma Outra Campanha centrada no diálogo, no respeito às particularidades de cada região e na autonomia de cada organização que adere à proposta aqui no Brasil, mas firme nos propósitos e princípios que norteiam nossa caminhada. Também é parte fundamental deste projeto a união, a solidariedade, a humildade, o compromisso coletivo, a organização e a luta conjunta.

A proposta de trabalho que temos para o Brasil é inspirada na chamada “La Otra Campaña”, impulsionada pelos zapatistas no México, em junho de 2005. Abraçamos essa proposta por estarmos de acordo com a postura política de independência e de protagonismo popular, além de acreditarmos estarmos aderindo a uma proposta latino-americana que se coloca realmente abaixo e à esquerda, caminhando no sentido da construção do Poder Popular.

2 CONSTRUIR UM POVO FORTE COM A OUTRA CAMPANHA

- Outra campanha, para convocar a luta e a organização popular, não para pedir votos, é o trabalho que nos mobiliza para fazer política. Porque a política não é assunto só para especialistas ou representantes.

- Outra campanha para lutar por um programa de emergência que atenda as necessidades do povo e enfrente os problemas sociais mais graves da cidade. Para recuperar a dignidade do que sofre na vida o preço da promessa não cumprida, pois somente a ação direta dos de baixo contra os que oprimem é capaz de fazer justiça.

- Outra campanha para construir um povo forte, para organizar os desorganizados, para unir os movimentos sociais que lutam, para fazer política com as próprias mãos com independência em relação ao governo, ao partido e ao patrão, pela decisão das assembléias e da luta popular em unidade.

- Outra campanha para dar voz a quem não é deixado falar, para construir participação popular onde o poder faz exclusão, para criar capacidade política pelos lugares de trabalho, estudo, moradia, pela cultura e os meios de comunicação comunitários.

- Outra campanha para construir poder popular, pra acumular forças com democracia de base e tomar de volta a política dos corruptos, das oligarquias e dos grupos dominantes do poder.



3 DEMOCRACIA E ESTRUTURA DO PODER NO BRASIL

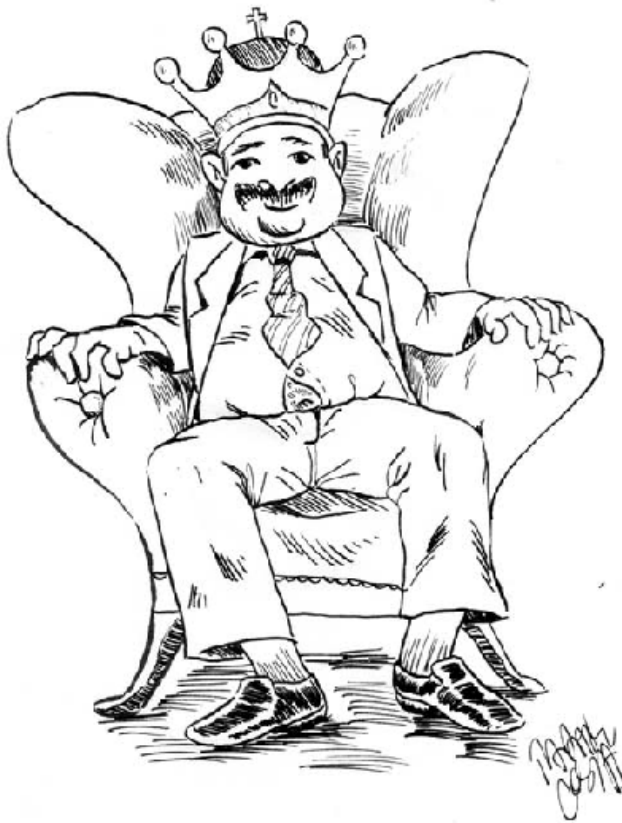
Desde que o Brasil foi colônia de Portugal a política e a administração dos bens públicos são negócio e patrimônio para as elites. O tempo passa herança e conserva privilégios. 20 anos depois de sairmos das mãos repressivas da ditadura instalada pelo golpe empresarial/militar, as promessas da “democracia” não conseguiram com os problemas fundamentais da realidade brasileira. O poder do povo chamado de democracia foi mais uma promessa não cumprida pelo capitalismo no país. As liberdades públicas e o direito de voto conquistados pelas lutas democráticas foram enganados pelo poder real das oligarquias, o governo de uns poucos, para poucos e em proveito próprio.

A formação social do nosso país é uma estrutura injusta e profundamente desigual. 10% dos mais ricos concentram 75% da renda nacional, mais da metade dos trabalhadores da economia está sem cobertura da legislação social e trabalhista, uns 40% do eleitorado, segundo pesquisa do Tribunal Eleitoral, não alcançou primeiro grau completo de estudo pelas necessidades de trabalhar cedo e sem tempo para a educação e a cultura. O poderoso dessa estrutura pode comprar votos, domina as opiniões na mídia, financia partidos e candidatos pelas suas empresas, toma as decisões mais importantes para o destino dos povos, e faz isso bem longe do controle democrático.

Aquela participação política prevista por direitos iguais para o povo brasileiro na constituição de 88 sofre o castigo da desigualdade brutal da nossa sociedade, da riqueza e do poder das elites e dos grupos econômicos que mandam como querem. Quem decide os juros que o governo paga para enriquecer os bancos? Quem decide o salário de rico dos políticos e o salário de fome dos trabalhadores? Quem decide o orçamento que nunca chega para a moradia, a saúde e a educação? A concentração da economia pelos grupos financeiros, o monopólio privado das comunicações, a corrupção da política pelos interesses burocráticos e patrimonialistas e a dominação imperialista são mecanismos de um modelo dominante que faz a democracia impotente para a vontade popular, para a solução dos problemas mais graves do Brasil.

“A pobreza é a escravidão”, já diziam os velhos críticos do capitalismo, e a democracia para o oprimido e o explorado é sempre a falsa liberdade de se submeter às opções do poder das classes dominantes.

Para ter participação real nas decisões, a política tem que ser reapropriada por um povo com força organizada para democratizar a riqueza, o trabalho, a educação, a cultura e a comunicação. Sem essa democracia social e econômica o poder será sempre a dominação de elites.



4 PAUTAS GERAIS PARA O PROGRAMA DE LUTAS DA OUTRA CAMPANHA

Apresentamos logo a seguir um breve panorama dos principais temas que estão, ou não, em voga no contexto das eleições municipais. No entanto, na proposta de outra campanha a abordagem que fazemos é de que os problemas são de ordem estrutural, ou seja, estão na raiz da sociedade e da forma como ela está organizada. Portanto, a solução não passa pelas urnas, mas pela luta e organização dos de baixo.

É importante ressaltar que as pautas não se limitam ao que está colocado nesta cartilha, pois esse é somente um primeiro passo de uma caminhada coletiva, em que as demandas propostas que surgirem do povo e dos movimentos sociais devem ser ouvidas, anotadas e discutidas por onde passar a outra campanha. Aqui também não serão abordados todos os temas, mas daremos prioridade àqueles que estão mais relacionados aos municípios. Além, é claro, de outros temas específicos que ultrapassam a escala local e que não poderíamos deixar de pautar nesta Outra Campanha.

MORADIA: O déficit habitacional brasileiro é de 7,9 milhões de moradias, ou seja, são cerca de 40 milhões de sem-teto no país. No entanto, o problema da moradia não afeta apenas aqueles que não têm casa, mas também a população que vive em habitações precárias, chegando a atingir mais da metade dos brasileiros. Nesse total, a grande maioria (86%) dos que são sem-teto ou que vivem em habitações precárias são pessoas com renda de até 3 salários mínimos apenas.

Por outro lado, as políticas habitacionais geralmente são na base da oferta de crédito, o que inviabiliza o acesso à moradia da maioria necessitada. Ao mesmo tempo em que falamos do problema da moradia, 5 milhões de residências estão fechadas sem qualquer uso ou ocupação, sendo que muitas delas encontram-se nos grandes centros urbanos.

Não poderíamos deixar de pautar também a função social do solo urbano, pois esse direito tem sido violado nas cidades por grupos domi-

nantes, por exemplo, os shoppings centers e a máfia da construção civil que orientam o despejo e a desocupação das famílias sem-teto em nome do lucro. Durante o período de eleições devemos estar atentos, pois aí diversos setores ligados à construção civil e às empreiteiras atuam no financiamento dos candidatos, numa troca de favores que beneficia somente a especulação imobiliária da cidade.

PROPOSTA PARA DISCUSSÃO NA OUTRA CAMPANHA:

- PELA DESAPROPRIAÇÃO DE TERRENOS E PRÉDIOS OCIOSOS
- POR SUBSÍDIO PARA FINANCIAMENTO DE MORADIAS PARA FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA



TRABALHO: Esse tema está diretamente relacionado com o da moradia e tantos outros, pois a falta de acesso a uma fonte de renda acaba agravando a situação. Desde as últimas décadas, o Brasil vem sendo alvo de um processo de reestruturação produtiva, em que a tecnologia substitui a mão-de-obra, o trabalho é cada vez mais precarizado (exemplo: terceirizações e quarteirizações, trabalho temporário), os direitos vêm sendo retirados e o desemprego torna-se uma realidade. Aqueles que lutam contra o desemprego acabam na informalidade para sobreviver. Aliás, mais da metade dos trabalhadores brasileiros arregança as mangas e pega no batente todo dia sem ter nenhum direito. Esses se encontram na informalidade. Para piorar a situação as políticas conduzidas pelos governos locais têm perseguido alguns trabalhadores informais como os ambulantes e os catadores de materiais recicláveis, sem apontar nenhuma alternativa concreta de sobrevivência.

PROPOSTAS PARA DISCUSSÃO NA OUTRA CAMPANHA:

- PELA AMPLIAÇÃO E EXTENSÃO DOS DIREITOS A TODOS OS TRABALHADORES

- CONTRA O DESEMPREGO E PELA CRIAÇÃO DE PONTOS POPULARES DE TRABALHO

- PELO FIM DA REPRESSÃO AOS TRABALHADORES INFORMAIS

EDUCAÇÃO: A educação também está diretamente relacionada ao trabalho, pois no Brasil temos uma oferta de empregos insignificante e que ainda exige qualificação. Porém, a educação não é acessível a quem mais necessita e enquanto serviço público está cada vez pior. Não é à toa que, conseqüentemente, os jovens irão compor quase metade do total de desempregados no Brasil.

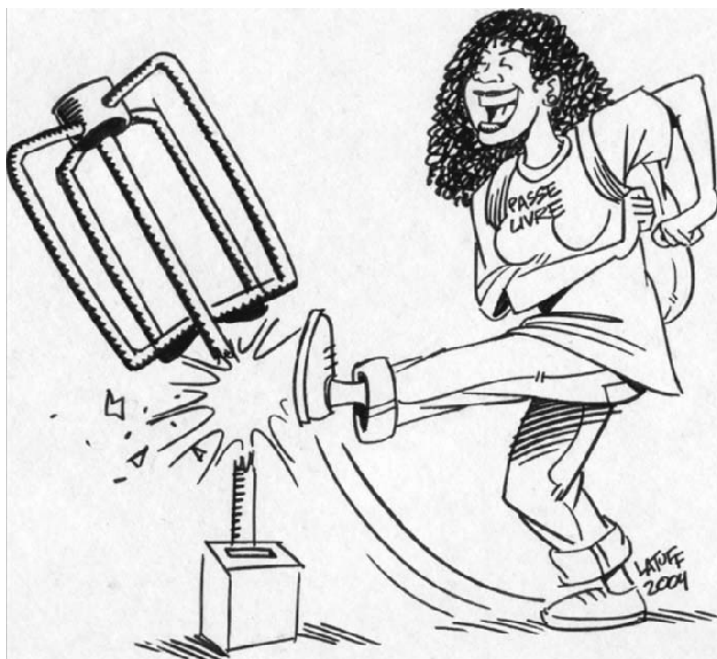
No que se refere mais especificamente à educação, em maior ou menor intensidade no país, essa passa a receber cada vez menos investimentos públicos e a responsabilidade de manter esse serviço tem sido aos poucos “assumida” pela iniciativa privada, privatizando a educação. Nesse

processo, escolas estão sendo fechadas, as turmas são superlotadas e o ensino acaba sendo de pior qualidade.

Com relação à educação infantil, dados de 2006 do IBGE mostraram que o Brasil tem apenas 15,5% da população de 0 a 3 anos frequentando as creches. São 1,7 milhão de alunos de um universo de cerca de 11 milhões de crianças. Esse exemplo ilustra a falta de recursos das diferentes esferas de governo na educação pública. A solução desse problema no curto prazo demandaria a construção de 36 mil novas creches até 2011.

PROPOSTA PARA DISCUSSÃO NA OUTRA CAMPANHA:

- EM DEFESA DE UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA, POPULAR E DE QUALIDADE
- CONTRA A PRECARIZAÇÃO E A PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO
- PELA AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO À EDUCAÇÃO INFANTIL



TRANSPORTE: A questão do transporte é algo fundamental na vida dos brasileiros e também está relacionado aos outros temas. Só para termos uma idéia, o transporte ocupa o terceiro maior gasto no orçamento de uma família no país, ficando atrás da habitação e alimentação. O acesso ao transporte público significa o direito de ir e vir. No entanto, presenciamos nas cidades brasileiras uma tarifa cada vez mais cara, inclusive acima da inflação e do reajuste salarial, além de investimentos públicos que priorizam a ampliação de vias que atendem o transporte individual ao invés do coletivo.

Com o sistema de bilhetagem eletrônica que vem sendo implementado nas cidades brasileiras, está explícita a intenção dos empresários do transporte de garantir o lucro com o pagamento do passe antecipado, favorecendo o monopólio privado do transporte e controlando a utilização que a população faz desse serviço. Devemos estar atentos para que nenhum direito seja retirado, a exemplo das isenções para alguns trabalhadores ou ainda a meia-passageira para os estudantes, e ainda devemos lutar para que nenhum trabalhador seja demitido, pois em alguns lugares do país infelizmente isso já está acontecendo.

PROPOSTA PARA DISCUSSÃO NA OUTRA CAMPANHA:

- CONTRA O MONOPÓLIO PRIVADO DOS TRANSPORTES
- NÃO À RETIRADA DE DIREITOS, POR UM TRANSPORTE PÚBLICO E DE QUALIDADE
- PASSE-LIVRE PARA ESTUDANTES E DESEMPREGADOS
- POR UMA TARIFA OPERÁRIA

SANEAMENTO: Aquilo que chamamos de saneamento corresponde a tudo que envolve os serviços de água, esgoto e coleta de lixo. Ao todo no Brasil são 47 milhões de pessoas que não têm água de qualidade para o consumo e 36 milhões de moradores nas zonas urbanas sofrem com a falta da rede de esgoto ou fossa séptica. Com relação à coleta de lixo,

somente cerca de 2% dos municípios possuem coleta seletiva e 5% do lixo é reciclado. Isso significa que a maior parte não é aproveitada ou não possui destinação adequada. Por outro lado, milhões de catadores realizam o serviço de coleta de forma gratuita e não são reconhecidos por esse serviço.

Esses dados são alarmantes e a falta de saneamento atinge os pobres e é uma das causas de diversos problemas na saúde pública. Além de ocasionar a degradação do meio ambiente através da má destinação dos resíduos domiciliares e industriais e do não tratamento do esgoto. Devemos estar atentos, pois os governos têm entregue a gestão dos serviços que envolvem o saneamento para empresas privadas, privatizando aquilo que era para ser público, além de cobrar caro pelos serviços.

PROPOSTA PARA DISCUSSÃO NA OUTRA CAMPANHA:

- PELA UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO AO SANEAMENTO
- CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA E DO LIXO
- PELA INCLUSÃO DOS CATADORES ORGANIZADOS NA COLETA SELETIVA

SAÚDE: Após 20 anos da criação do Sistema Único de Saúde (SUS) a política de saúde no Brasil acumulou o corte de investimentos no setor, a criação da CPMF como medida emergencial e seus posteriores desvios até a recente extinção desse imposto. Mas a crise da saúde no Brasil vem de longa data e continua presente no dia-a-dia do povo. Num país de contrastes, somos referência internacional em pesquisas de combate à AIDS, a cada ano são formados quase nove mil médicos, no entanto, o Brasil ocupa uma posição ruim (124º lugar) no ranking da Organização Mundial da Saúde em qualidade do serviço. Esta má qualidade se reflete nas intermináveis filas de espera nas unidades de saúde, na falta de medicamentos básicos e especiais e em inumeráveis casos de pessoas que ficam mais doentes ou morrem esperando por exames, consultas especializadas e cirurgias. Isso nos leva cada vez mais a crer que a má

qualidade da saúde no Brasil nada mais é do que uma política de extermínio da população pobre, por um lado, e de enriquecimento da indústria farmacêutica, por outro. Na mesma lógica de extermínio da população pobre, temos presenciado a expansão do crack na periferia urbana e que já se tornou um problema de saúde pública. Obedecendo à mesma lógica, recentemente também se tem divulgado políticas de controle de natalidade, transferindo aos pobres a responsabilidade pela situação em que se encontram.

PROPOSTA PARA DISCUSSÃO NA OUTRA CAMPANHA:

- EM DEFESA DO SUS E DO INVESTIMENTO PÚBLICO NA SAÚDE
- CONTRA A PRECARIZAÇÃO DO SERVIÇO

SERVIÇO PÚBLICO: No que se refere aos serviços públicos como um todo (saúde, educação, transporte, saneamento, etc), esses têm passado por um notável desmonte ao mesmo tempo em que são entregues para a gestão da iniciativa privada ou de entidades como fundações, ONGs (Organizações Não-Governamentais) e OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e Privado). Na lei são conhecidas como privatizações, terceirizações, parcerias público-privadas (PPPs) ou convênios. Na prática os serviços públicos são desmontados, transformando-se em uma mercadoria a ser utilizada apenas por aqueles que podem pagar pelo serviço.

Com relação ao funcionalismo público, esses trabalhadores têm sido tratados pelos governos pela lógica da produtividade capitalista, sofrendo uma política de arrocho salarial, além dos constantes episódios de assédio moral nos locais de trabalho.

PROPOSTA PARA DISCUSSÃO NA OUTRA CAMPANHA:

- POR UM SERVIÇO PÚBLICO, DE QUALIDADE E COM CONTROLE POPULAR

- CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES E TERCEIRIZAÇÕES

- PELA AMPLIAÇÃO DOS DIREITOS, CONTRA O ARROCHO SALARIAL E PELO FIM DO ASSÉDIO MORAL NOS LOCAIS DE TRABALHO

CRISE DOS ALIMENTOS: Ultimamente os preços dos alimentos tem subido bastante, fazendo com que o povo tenha dificuldade de adquirir alguns alimentos básicos, como o feijão, que está cada vez mais caro. No entanto, o que poucos sabem é que o aumento dos preços dos alimentos é consequência do avanço das empresas estrangeiras sobre o campo para controlar a produção e comercialização dos alimentos. Só para termos uma idéia, no Brasil, apenas quatro empresas transnacionais (entre elas Bunge e Cargill) controlam 60% das exportações de grãos. Para essas empresas interessa somente o lucro e o estímulo da produção que atenda ao mercado, pouco importando que milhões de brasileiros passem fome. A solução para o problema da fome está na Reforma Agrária e no fortalecimento da agricultura camponesa para a permanência das pessoas no meio rural em condições dignas de produzir alimentos saudáveis para o povo brasileiro.

PROPOSTA PARA DISCUSSÃO NA OUTRA CAMPANHA:

- NÃO AO AUMENTO DO PREÇO DOS ALIMENTOS

- POR REFORMA AGRÁRIA E PELO FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA CAMPONESA

- POR SUSBSÍDIO À CESTA BÁSICA PARA A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: Vivemos num momento em que as políticas implementadas pelos governos há algum tempo só favorecem aos de cima, à classe dominante. Por outro lado, a questão social tem sido tratada como um caso de polícia. A violência policial se faz cada vez mais presente e o povo,

quando se organiza e luta pelos seus direitos para sair da miséria, acaba esbarrando na repressão que tem sido mais forte contra os protestos e os movimentos sociais. Em 2014 o Brasil será sede de uma Copa do Mundo e desde já têm sido implementadas as políticas de limpeza social que expulsam os trabalhadores informais dos centros urbanos, jogam o povo pobre para a periferia e reprimem os movimentos sociais do campo e da cidade, tentando intimidar qualquer um que se levante contra as injustiças. Nessa Outra Campanha é também um momento para engrossarmos as fileiras dos



movimentos na luta por um país mais justo e dizemos basta à criminalização da pobreza e dos movimentos sociais.

PROPOSTA PARA DISCUSSÃO NA OUTRA CAMPANHA:

- NÃO À CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS
- NENHUM MOVIMENTO SOCIAL É ILEGAL

ENERGIA: Além da necessidade e dos sonhos, é a energia que move o mundo. O ser humano precisa de alimentos pra se manter vivo. Eles são a sua principal fonte de energia. Na sociedade, a energia também é indispensável. Mesmo se não pensarmos em nenhuma máquina, é necessária a energia humana não apenas pra criar, mas até pra pegar uma fruta numa árvore, por exemplo. O riquixá, na China, ou o burro sem rabo, no Brasil, são puxados por uma pessoa. Ou seja, são movidos pela energia humana.

O calor é outra fonte energia. Quando o ser humano conseguiu utilizar intencionalmente o fogo, deu um imenso salto em termos de organização social. Pôde, por exemplo, cozinhar e se aquecer. E isso não foi pouca coisa. Com o tempo, as diversas sociedades foram aprendendo a utilizar outras fontes de energia. Da tração animal, do vento, da água, do sol... Cada uma dessas fontes aumentou as possibilidades da ação humana. O carvão foi uma das bases da Revolução Industrial, entre o final do século XVIII e o início do XIX. No meio do século XIX, o petróleo, que já era conhecido na Antiguidade, começou a ser explorado industrialmente, e impulsionou de vez a industrialização. E ainda tem outras energias, como a nuclear, a que vem de plantas, do lixo, do hidrogênio...

Mas, ao longo da história, o que mais ocorreu foi a energia ser controlada por poucos, que a utilizaram de modo egoísta, pra acumular riqueza, em detrimento da maioria das pessoas. Os escravos, por exemplo, foram a fonte de energia que os senhores de engenho e os barões do café, entre outros, utilizaram no nosso país pra enriquecer de modo cruel. A forma como os capitalistas utilizaram o carvão na primeira parte da Revolução Industrial levou ao imperialismo e ao colonialismo. Na segunda parte da Revolução Industrial, exploraram o petróleo pra criar um mundo em que as cidades, poluídas, são feitas pros carros e não pras pessoas.

No Brasil, a indústria do petróleo só foi criada realmente em 1953, a partir de grande pressão de vários setores da sociedade, que se expressou na campanha O petróleo é nosso. Foi um passo muito importante porque antes o país era ainda mais dependente. Porém, a Petrobrás e o monopólio estatal da exploração, produção, transporte e de quase todo o refino do ouro negro no Brasil serviu muito mais à burguesia do que ao povo. Ou melhor, serviu quase somente à burguesia. Hoje, a situação piorou, pois nem o que havia de monopólio estatal existe mais e a Petrobrás segue uma lógica cada vez mais de mercado, tendo ações em diversas bolsas de (anti)valores, como a de Nova Iorque, tendo se tornado, na prática, Petrobrás\$. O petróleo é realmente nosso? A Petrobrás é realmente do povo, como dizem? Alguma vez alguém te perguntou que rumos você quer pra área de energia no nosso país? Alguém já te perguntou que fontes de energia devem ser priorizadas, se a energia deve ser tratada

como mercadoria e como deve ser produzida e consumida? A resposta a essas perguntas, lamentavelmente, é não. Não é mesmo? Por que não somos sequer consultados sobre a energia se ela já rendeu rios de dinheiro que nunca se reverteram em melhorias pro povo e se ela influencia tanto nosso cotidiano?

PROPOSTA PARA DISCUSSÃO NA OUTRA CAMPANHA:

- EXPLORAÇÃO RACIONAL DO PETRÓLEO (INCLUSIVE NA PETROQUÍMICA) E DAS DEMAIS ENERGIAS SOB CONTROLE DA CLASSE TRABALHADORA
- PETROBRÁS E DEMAIS EMPRESAS DE ENERGIA SEM AÇÕES EM BOLSAS DE (ANTI)VALORES E SOB CONTROLE DA CLASSE TRABALHADORA
- TRANSIÇÃO MAIS RÁPIDA E CONTROLADA PRA UMA MATRIZ ENERGÉTICA COM PREDOMINÂNCIA DE FONTES O MENOS POLUENTES E PERIGOSAS POSSÍVEL
- CONTRA OS LEILÕES DO PETRÓLEO E DO GÁS, QUE SÃO PRIVATIZAÇÃO
- PELO ACESSO DEMOCRÁTICO À ENERGIA
- CONTRA O PLANTIO EXTENSIVO DESTINADO AOS AGROCOMBUSTÍVEIS
- FIM DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP)
- TROCA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA POR UM CONSELHO POPULAR DE POLÍTICA ENERGÉTICA
- INTEGRAÇÃO SOLIDÁRIA ENTRE OS POVOS EM RELAÇÃO À ENERGIA E FIM DO IMPERIALISMO E DO SUBIMPERIALISMO NESTA ÁREA, INCLUSIVE COMO FORMA DE LUTAR CONTRA AS GUERRAS EM TORNO DAS FONTES DE ENERGIA

5 OBJETIVOS DA OUTRA CAMPANHA

- Tornar públicas e o mais abrangentes possível as demandas dos movimentos sociais e do povo organizado por fora das eleições. Buscar unificar as lutas com caráter de independência de classe. O público-alvo é tanto o povo organizado quanto aquele que não está em nenhuma organização;
- Fazer com que a Outra Campanha vá além do período eleitoral. No caso das demandas vinculadas aos municípios, tentar vincular lutas que pautem a previsão orçamentária do ano posterior;
- Questionar a democracia burguesa representativa e seus mecanismos institucionais. No que se refere à concepção, para a outra campanha os políticos profissionais não representam os interesses do povo e as nossas urgências não cabem nas urnas. O objetivo da Outra Campanha não é pautar ou discutir o voto nulo, mas questionar o modelo de democracia representativa;
- A proposta da Outra Campanha também é construir além do senso comum uma outra noção de política. Devemos oferecer e estimular para aqueles que não estão organizados a participação política nos espaços e nas organizações que compõem a Outra Campanha.
- Colocar o Poder Popular, com Organização Popular, como horizontes a serem perseguidos, mas que se materializam na ação cotidiana, na medida em que consolidamos mecanismos de poder e de decisão a partir do próprio povo. A Outra Campanha deve servir de escola para o Poder Popular.

6 ESTRUTURA ORGANIZATIVA DA OUTRA CAMPANHA

Comitês locais - Estes estão organizados por cidade. Cada local tem autonomia para tocar adiante a Outra Campanha incorporando as suas demandas, mas aderindo à proposta e aos seus objetivos e cumprindo as três etapas definidas a seguir.

Comissões - Cabe às comissões trabalharem para estruturar a Outra Campanha, cumprindo as suas respectivas tarefas. As comissões são as seguintes: rádio/internet, relações/formação/imprensa, comunicação visual, infra-estrutura/finanças.

Obs: os delegados dos comitês locais se reúnem com o comitê regional (se houver demanda) e posteriormente no estadual.

7 ETAPAS DA OUTRA CAMPANHA

1º) Formação/agitação/propaganda/debate (agosto): Essa etapa corresponde à preparação da Outra Campanha e envolve as tarefas de aplicação da formação nas organizações e debate, propaganda de rua e agitação.

2º) Levantamento de demandas/consulta e diálogo pelos comitês locais (setembro): Essa etapa é o momento de dar voz às demandas que surgem do povo que está ou não está organizado. A responsabilidade da Outra Campanha é trabalhar um método comum e simples para levantar as demandas. Cabe aos comitês locais sistematizarem tudo o que for levantado para tornar público isso a partir da terceira etapa.

3º) Resultado da Outra Campanha (outubro): Nesse momento deve ser feito o lançamento público das demandas levantadas, tentando ganhar também veiculação nos meios de comunicação oficiais. Através dos Comitês da Outra Campanha, ir debatendo as possíveis atividades e a construção de planos de lutas para alcançar os objetivos consultados.

Obs: evidentemente que teremos demandas que não serão de conquista breve, por isso é importante enfatizar este caráter permanente de articulação e diálogo da Outra Campanha.

8 COMO ADERIR À OUTRA CAMPANHA?

Entre em contato com quem está organizando a Outra Campanha:

Faça contato pelo e-mail aoutracampanha@elaopa.org e adquira o kit da outra campanha (cartaz, cartilha, panfleto e proposta de formação).

No Rio de Janeiro, pelo correio eletrônico organizaopopular@gmail.com

Constitua o Comitê Municipal da Outra Campanha:

Marque uma reunião com as organizações e indivíduos interessados em aderir à Outra Campanha, apresente a proposta e faça o debate de como será implementada a proposta no seu município ou região.

A proposta de organização nos comitês locais incluirá a divisão em comissões:

comunicação, propaganda, finanças/infra, cultura e formação/relações.

Faça o planejamento da Outra Campanha a partir das três etapas:

Tendo claro o planejamento, com datas e locais a serem percorridos pela Outra Campanha, propomos os seguintes passos para os companheiros e companheiras militantes da Outra Campanha:

- 1** identificar pessoas de referência e espaços comunitários no bairro ou no local de trabalho
- 2** agendar data da reunião da Outra Campanha com esses (as) companheiros (as)
- 3** Realizar a assembléia e fazer um levantamento das prioridades
- 4** Sistematizar as propostas e fazer um programa de lutas que deve ser apresentado como resultado da Outra Campanha

FONTES DE CONSULTA:

- Governo Federal
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPEA - Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada
- Ministério das Cidades
- ONU - Organização das Nações Unidas

A Outra Campanha é um processo aberto que convida para sua construção as lutadoras e os lutadores do povo, os movimentos sociais, os sindicatos de trabalhadores e toda a militância que busca outra forma de fazer política.

Entre em contato. Participe!
aoutracampanha@elaopa.org
organizaopopular@gmail.com

